

Ata N.º	22/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**MINUTA DA ATA N.º 22/2014 de 29 DE OUTUBRO**

----- Aos dezassete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e catorze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo Vereador em regime de meio tempo, Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 75/2013, de 12 de setembro, conforme comunicação escrita registada na Câmara Municipal em 28 de outubro de 2014, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram nove horas e vinte e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião da Câmara Municipal do dia dezassete de Outubro do ano em curso**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado maioria absoluta, com abstenção da Sr. Liliana Soares, por não terem estado presente naquela reunião, aprovar o texto definitivo da ata.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Beneficiação dos Acessos e Passeios na Av. do Calvário – Touro- 1.ª Fase” – Processo n.º 255** - Adjudicatário: Irmãos Almeida Cabral, Lda. –

Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos a mais n.º 1 (Mapa de trabalhos a mais n.º 2), no valor, excluído o IVA de €936,42 - Informação N.º 121-P/14, de 14.10.2014, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

-----b) Empreitada de **“Construção da Circular Nascente a Vila Nova de Paiva - 1.ª Fase” – Processo n.º 232** - Adjudicatário: Irmãos Almeida Cabral, Lda. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos do Projeto n.º 11, no valor, excluído o IVA de €1.771,69 - Informação N.º 122-P/14, de 14.10.2014, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

-----c) Empreitada de **“Construção da Biblioteca de Vila Nova de Paiva” – Processo n.º 150** - Adjudicatário: VILDA - Construção Civil, S.A. – Apreciação e votação do auto de medição n.º 19, no valor, excluído o IVA de €47.702,96 - Informação N.º A-043/14, de 08.10.2014, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores Cristóvão Ferreira e Liliana Soares, aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

-----d) Execução da obra de **"Construção da Circular urbana Nascente a Vila Nova de Paiva - 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar" - Decisão de contratar e Escolha do Procedimento** - Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 29 de Outubro.-----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral:-----

*“Considerando que:*

*a) É necessário dar início ao procedimento pré-contratual de formação do contrato para execução da obra de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”, projeto previsto sob o código 3/331/2003/135, ação 4 (classificação orçamental 01.02/07.03.03.08) das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2014.*

*b) O Projeto de execução da obra foi elaborado pelos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) da Câmara Municipal;*

*c) O preço base é estimado no montante, excluído o IVA à taxa legal em vigor de 6%, de € 346.000,00 (trezentos e quarenta seis mil euros);*

Ata N.º	22/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

*d) Face ao referido preço base, a escolha do procedimento pré-contratual para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro;*

*e) Compete à Câmara Municipal a decisão de contratar, por força da competência para a autorização de despesas conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de aprovação das peças do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º e 40.º, do CCP.*

*Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:*

*1.º – Aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, o Projeto de execução da obra de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”, elaborado pelos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) da Câmara Municipal;*

*2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 346.000,00 (trezentos e quarenta seis mil euros) o preço-base do contrato, para um prazo de execução de 150 (cento e cinquenta) dias;*

*3.º – Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 38.º do CCP, que o procedimento pré-contratual de formação do contrato para a execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 130.º e seguintes do CCP;*

*4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos anexos, e que se proceda, conforme n.º 1 do art.º 130.º do CCP, à publicação de anúncio do procedimento na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no “Anexo I” à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica de Compras Públicas da ACINGOV, em conformidade com o n.º 1 do art.º 62.º do CCP.*

5.º – Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:

– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);

– Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF), que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);

– Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), e Cidália Loureiro Morais, Assistente Técnica em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente de lançamento do concurso público para a execução da obra em epígrafe. --

----- e) Empreitada de **“Requalificação da Ex-EN 323 Vila Nova de Paiva/Alhais”**

– **Adjudicatário: MONTALVIA - Construções, S.A.** – Apreciação e aprovação do Plano de Segurança e Saúde (PSS). -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- a) **Proposta de pagamento da importância de seis mil euros à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas**, no âmbito do Protocolo celebrado em 29 de março de 2005 com a então Freguesia de Fráguas. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 22 de Outubro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) Por requerimento datado de 30 de outubro de 2013, registado nesta Câmara Municipal em 1 de novembro de 2013, o Presidente da Mesa da Assembleia de Compartes do Baldio de Fráguas, Sr. Augusto Videira Martins, solicitou à Câmara Municipal o pagamento dos valores em dívida desde 2006, com as devidas atualizações, decorrente do Protocolo aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 29 de Março de 2005, válido por vinte anos, e celebrado na mesma data entre a Câmara Municipal e a então Junta de Freguesia de Fráguas, referente à cedência de 41.600 m2 de terrenos do Baldio de Fráguas, sitos no Lugar da Cova do Barro para a Câmara Municipal proceder à “... Instalação do Parque Botânico “Arbosudoe”...”, atualmente designado de Parque Botânico Arbutus do Demo.

Ata N.º	22/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

*b) Aquele requerimento foi presente à reunião ordinária da Câmara Municipal que teve lugar no dia 21 de março de 2014, tendo sido deliberado dar poderes ao Presidente da Câmara para negociar com a Assembleia de Compartes.*

*c) Entretanto por Informação n.º 9/2014, de 25 de março, o Chefe da Divisão de Administração e Finanças informou sobre o assunto, tendo nomeadamente abordado o enquadramento legal do protocolo face às disposições da Lei dos Baldios aprovada pela Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 89/97, de 30 de julho (agora alterada e republicada pela Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro).*

*d) Mais informou que, como a Freguesia de Fráguas foi extinta em 29 de Setembro de 2013 no desenvolvimento do processo de reorganização administrativa do território das freguesias preconizado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, como também o foi a Freguesia de Alhais, tendo sido criada uma nova Freguesia designada por “União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas”, conforme Anexo I à Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, com sede provisória em Vila Nova de Paiva, por agregação das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas e que constitui uma nova pessoa coletiva territorial, seria esta nova freguesia que legalmente sucede às extintas Freguesias de Fráguas e Alhais, passando a integrar o respetivos patrimónios imobiliários e mobiliários, os ativos e os passivos, legais e contabilísticos, os recursos humanos, e que assumiria todos os direitos e as obrigações das freguesias extintas, bem como as responsabilidades legais, judiciais e contratuais das freguesias agregadas (art.º 6.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 11-A/2013), cuja instituição se faria por transmissão global de direitos e deveres, constituindo a Lei n.º 11-A/2013 título bastante para todos os efeitos legais decorrentes do referido, incluindo para os efeitos matriciais e registrais (cf. art.º 6.º, n.º 3, da referida lei).*

*e) Em 26 de setembro de 2014, a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas apresentou nesta Câmara Municipal um ofício com a referência n.º 80/2014, datado de 25 de agosto, reivindicando que face ao referido Protocolo estaria por liquidar a renda anual de mil duzentos e cinquenta euros desde março de 2006 até 2013, solicitando que fosse regularizada esta dívida com a maior brevidade possível, a fim de procederem à reparação de caminhos rurais.*

*f) Aquele ofício foi presente à reunião ordinária da Câmara Municipal de 5 de setembro de 2014, tendo a Câmara Municipal deliberado dar poderes ao Presidente da Câmara para negociar com a Junta de Freguesia.*

*g) Após negociações havidas com o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias foi possível chegar a um consenso sobre o assunto, apesar da dilação temporal e do facto de, em boa verdade, desde março de 2006 nunca ter sido suscitado o pagamento das rendas à Câmara Municipal, fixando-se em seis mil euros o montante a pagar.*

*Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere o seguinte:*

*1.º) Autorizar o pagamento à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, da importância de € 6.000,00 (seis mil euros), a título de renda, a que se refere o n.º 1 da Cláusula 3.ª do Protocolo de Cedência celebrado em 29 de março de 2005 entre a Câmara Municipal e a então Junta de Freguesia de Fráguas, para os fins invocados por aquela Junta de Freguesia.*

*2.º) Autorize a rescisão do referido Protocolo, com efeitos imediatos, em virtude da Câmara Municipal não necessitar dos terrenos a que o mesmo se refere.”*

----- Questionado pelo Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, o Sr. Presidente informou que a negociação foi feita com o Sr. Presidente da Junta, com conhecimento da Mesa da Assembleia de Compartes dos Baldios de Fráguas.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores Cristóvão Ferreira e Liliana Soares, aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **b) Ilídio Silva Ferreira - Serralharia Civil, Unipessoal Lda**, com sede em Pendilhe - Por requerimento registado no dia 06.10.2014, vem requerer o licenciamento para construção de um pavilhão industrial para serralharia (ferro, aço, inox e alumínio), no Lugar de Sangrinho, em Vila Cova à Coelheira - Informação n.º RS-20/2014, de 07.10.2014, da DTOU. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, entendeu o Executivo por unanimidade, ultrapassar a questão formal da legitimidade devendo o processo ser instruído dado que já existe deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de dois de Agosto de 2012 com intenção expressa de atribuição de lote/parcela com área de dois mil setecentos e cinquenta metros quadrados no espaço industrial sito ao Lugar de Sanguinho na vila de Vila Cova à Coelheira, cujo processo se encontra em fase de conclusão.-----

----- **Ausência da Reunião:** eram dez horas e vinte minutos quando o Sr. Vereador Cristóvão Ferreira comunicou que não podia participar na discussão e votação dos assuntos seguintes, por motivos particulares inadiáveis, tendo-se ausentado da reunião, não tendo o Executivo levantado qualquer objecção. -----

Ata N.º	22/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **c) Apreciação da proposta das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para o exercício de 2015.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 22 de Outubro do seguinte teor integral: -----

----- “ *Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.*

*De acordo com o n.º 1 do art.º 45.º do referido RFAL, a Câmara Municipal tem que apresentar à Assembleia Municipal, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, devendo incluir os elementos referidos no art.º 46.º do mesmo regime.*

*Na elaboração da proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o exercício de 2015, foram tidas em consideração as transferências do Orçamento do Estado para 2015 previstas na Proposta de Lei n.º 418/2014, de 11 de outubro, verificando-se no caso do Município de Vila Nova de Paiva um aumento das transferências previstas para o ano de 2015 superiores em € 226.768,00 (+ 6,16%) às transferidas pelo Orçamento do Estado de 2014.*

*De realçar que com este acréscimo de receita, comparando o valor das transferências previstas para o Município na Proposta de Lei n.º 418/2014 do OE para 2015 com o valor das transferências previstas no Orçamento de Estado de 2010 (Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril), se verifica uma recuperação da receita no período em causa: a perda de receita passa de 15,56% para 10,36%.*

*Apesar dos constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir por força da conjuntura económica e das medidas de austeridade previstas na Proposta do OE para 2015, embora atenuadas, o Município tem que continuar a prosseguir as suas atribuições, devendo definir as prioridades que entenda relevantes para o seu futuro, acautelando os meios de que dispõe e procurando ativamente outras fontes de financiamento, nacionais e comunitárias.*

*O Orçamento Municipal proposto importa quer do lado da receita quer do lado da despesa em € 9.287.347,00, que traduz um decréscimo em relação ao exercício de 2014 superior a 16,5%.*

*No âmbito dos investimentos a realizar previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) das Grandes Opções do Plano (GOP), muito irá depender da capacidade do Município se cofinanciar, nomeadamente através da captação de fundos nacionais e comunitários, quer ainda no âmbito dos fundos estruturais ainda*

*do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional – 2007/2013, bem como no âmbito do novo quadro de apoio comunitário para 2014/2020.*

*De referir que de acordo com o n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, fixada para 2013 na taxa máxima de 0,25%, é aprovada anualmente pelo Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.*

*Por sua vez, o n.º 1 do art.º 8.º do mesmo Regulamento n.º 890/2010 dispõe que os valores das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas, anexa ao referido Regulamento, podem ser atualizados em sede de orçamento anual de acordo com a taxa de inflação, utilizando-se para o efeito a taxa de variação média dos últimos doze meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), exceto habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, com referência ao mês imediatamente anterior ao da elaboração do Orçamento Municipal.*

*Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:*

*a) Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar, as propostas das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para o ano de 2015, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal;*

*b) Ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter em 0,25%, para o ano económico de 2015, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);*

*c) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter, para o ano económico de 2015, o valor das demais taxas municipais, atendendo à atual conjuntura económica que ainda continua a afetar as famílias e as empresas.”*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar as Grandes opções do Plano e Orçamento Municipal para o exercício de 2015.-----

**----- d) Mapa de Pessoal para vigorar no ano de 2015** - Proposta de aprovação do Sr. Presidente da Câmara datada de 22 de outubro de 2015. -----

**-----** Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 22 de Outubro, do seguinte teor integral: -----



Ata N.º	22/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

*“1 – A Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, entrada em vigor no passado dia 1 de Agosto de 2014, aprovou em Anexo a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), e revogou várias disposições legais, nomeadamente a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), que estabelecia os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, com exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º, e a Lei n.º 59/2008, de 9 de setembro, que aprovou o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP).*

*2 – De acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º da LTFP, o novo regime regula o vínculo de trabalho em funções públicas, e é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração regional e da administração autárquica. De realçar que o disposto na LTFP não prejudica a vigência de normas da lei do orçamento do Estado em vigor (n.º 2 do art.º 44.º do diploma preambular).*

*3 – Os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art.º 29.º da LTFP), devendo o mapa de pessoal conter a indicação do número de postos de trabalho de que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, e com a caracterização prevista no n.º 2 do mesmo artigo.*

*4 – Como resulta da aplicação conjugada do n.º 4 do art.º 29.º da LTFP, com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, o mapa de pessoal é aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, juntamente com a proposta de orçamento municipal.*

*5 – Para efeitos da orçamentação e gestão das despesas com o pessoal para o ano de 2015, compete à câmara municipal, ainda nos termos do disposto no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, cotejado com o art.º 31.º, n.º 1, da LTFP, prever as verbas destinadas a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções, bem como decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:*

*a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado e, ou, se legalmente admissível,*

*b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, se legalmente*

*c) Com a atribuição de prêmios de desempenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.*

*6 – O Mapa de Pessoal proposto em anexo está desdobrado em função das unidades orgânicas e demais serviços previstos na estrutura orgânica flexível em vigor aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013, na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugada com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.*

*7 – A evolução do número de trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva desde 1 de janeiro de 2009 e sua previsão em 31 de dezembro de 2014, é apresentada no quadro seguinte:*

	Número de trabalhadores	31.12 2008	31.12 2009	31.12 2010	31.12 2011	31.12 2012	31.12 2013	31.12 2014
(1)	<i>.Trabalhadores transitados em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva para o regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado</i>	82	81	79	76	75	73	71
(2)	<i>.Trabalhadores contratados por tempo indeterminado após 01.01.2009</i>	0	0	43	46	47	48	48
(3)	<i>Trabalhadores em regime de trabalho por tempo indeterminado = (1) + (2)</i>	82	81	112	122	122	121	119
(4)	<i>Contratados a termo resolutivo certo</i>	61	56	20	1	9	0	0
(5)	<i>Contratados a termo resolutivo incerto</i>	0	0	0	5	5	5	5
(6)	<i>Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)</i>	143	137	132	128	136	126	124

Ata N.º	22/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

8 – Como se pode verificar no quadro que antecede, em 31 de Dezembro de 2014 a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva contará com o total de 124 (cento e vinte e quatro) trabalhadores ao serviço com vínculo de emprego público, sendo:

– 119 (e dezanove) contratados na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 71 (setenta e um) transitados em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva (houve uma aposentação em 2014 até à data), e 48 (quarenta e oito) contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado após 1 de Janeiro de 2009, ao abrigo do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; e

– 5 (cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

Não há pessoal contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Não se encontra em curso qualquer procedimento concursal.

9 – Sem prejuízo de eventuais extinções de vínculos de emprego público por acordo entre trabalhadores e o Município ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local aprovado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, ao abrigo do n.º 5 do art.º 296.º da LTFP, o Mapa de Pessoal anexo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com a proposta de Orçamento Municipal, reflete as necessidades de pessoal para as atividades a desenvolver para o exercício de 2015.

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar, juntamente com a Proposta de Orçamento Municipal para 2015, o Mapa de Pessoal anexo para vigorar no ano de 2015, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o mapa de pessoal para vigorar em 2015.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do

Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

## ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta e dez minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta da ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelos membros do Executivo e por mim que a secretariei. -----

[illegible]